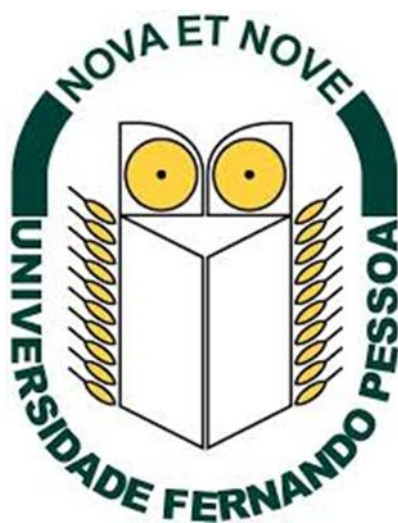


Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Licenciatura em Criminologia



Projeto Final de Graduação

O impacto da violência conjugal no desenvolvimento dos filhos

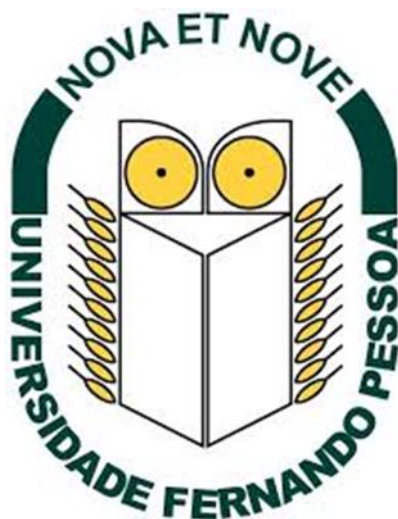
Ângela Ribeiro

Porto, 2023

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Licenciatura em Criminologia



Projeto Final de Graduação

O impacto da violência conjugal no desenvolvimento dos filhos

Ângela Ribeiro

Porto, 2023

O impacto da violência conjugal no desenvolvimento dos filhos

Ângela Cristiana Barroso Ribeiro

Ângela Cristiana Barroso Ribeiro

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando
Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a
obtenção do Grau de Licenciada no Curso de

Criminologia, sob a orientação da Professora Doutora Ana
Sacau.

Resumo

O presente projeto de graduação tem como tema “O impacto da violência conjugal no desenvolvimento dos filhos”, e encontra-se dividido em duas partes: a parte do enquadramento conceptual, onde é feita uma revisão da literatura e a parte da proposta de investigação, que diz respeito à parte empírica do trabalho.

Na primeira parte deste estudo é apresentado um enquadramento teórico para a problemática da violência interparental e o seu impacto no desenvolvimento das crianças que a testemunham. Relativamente à segunda parte do projeto, através do recurso a questionários (CTS-2 e S.A.N.I.), é realizado um estudo de natureza quantitativa e de carácter descritivo com o objetivo de compreender a relação entre a exposição à violência na infância e a transmissão intergeracional da violência, ou seja, a perpetração desses comportamentos em relações de namoro na vida dos jovens/adultos ou a vitimação por parte dos mesmos.

Por meio desta proposta de estudo, espera-se obter dados que possam contribuir para a criação de estratégias de intervenção e de prevenção destinadas a crianças expostas a tais atos, com o objetivo de reduzir os danos que essas crianças possam vir a sofrer.

Palavras-chave: Violência Conjugal; Exposição; Impacto; Filhos; Transmissão Intergeracional;

Abstract

The theme of this graduation project is “The impact of conjugal violence on children’s development”, and it is divided into two parts: the conceptual framework, where the literature is reviewed, and the research proposal, which concerns the empirical part of the work.

The first part of this study presents a theoretical framework for the problem of interparental violence and its impact on the development of children who witness it. About the second part of the project, using questionnaires (CTS-2 and S.A.N.I.) a quantitative and descriptive study is carried out with the aim of understanding the relationship between exposure to violence in childhood and the intergenerational transmission of violence, which means the perpetration of these behavior in dating relationships in the lives of young people/adults or their victimization.

Trough this proposed study, it is hoped to obtain data that can contribute to the creation of intervention and prevention strategies aimed at children exposed to such acts, with the aim of reducing the damage that these children may suffer.

Keywords: Marital Violence; Exposure; Impact; Children; Intergenerational Transmission.

Agradecimentos

Chegando ao fim deste período, quero expressar a minha gratidão a todos os que contribuíram para a realização deste projeto. Primeiramente, agradeço à Universidade Fernando Pessoa que facultou sempre o apoio necessário a todos os níveis e pela oportunidade de realização deste trabalho.

Um agradecimento especial à minha professora orientadora Ana Sacau, pela orientação e apoio fundamentais para a conclusão deste ciclo. Obrigada pelo comprometimento, pela compreensão e paciência, foi sem dúvida essencial nesta fase da minha vida.

Às minhas amigas da faculdade, Beatriz, Leonor e Silvana, as pessoas que estiveram ao meu lado durante toda esta jornada, obrigada por estarem presentes no melhor e no pior, por terem contribuído para a criação de memórias para a vida e pela amizade inestimável. Obrigada por terem feito com que esta experiência valesse ainda mais a pena.

Por fim, aos meus pais que sempre foram o meu pilar, agradeço pelo amor incondicional e pelo encorajamento, por serem sempre um exemplo a seguir, obrigada por todo o esforço e dedicação que tiveram para que a conclusão deste ciclo fosse possível. Aos meus irmãos quero agradecer pelo companheirismo e apoio em todas as etapas da minha vida, obrigada por fazerem com que tudo seja sempre mais fácil. Agradeço também aos meus amigos de infância por terem sido um apoio incondicional ao longo de todos estes anos.

Índice

Introdução	14
Parte I - Enquadramento Conceptual.....	15
1. Conceptualização da Violência Conjugal	15
2. Enquadramento Legal	15
3. Principais formas de manifestação da violência conjugal	16
4. O impacto da exposição à Violência Conjugal	17
5. A transmissão intergeracional da violência	20
6. Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento infantil	21
7. Abordagens de Intervenção.....	25
Parte II - Proposta de Estudo	27
1.Objetivo.....	27
2.Método	27
2.1 Amostra.....	28
2.2. Instrumentos.....	28
2.3. Procedimentos	29
3.Resultados Esperados	30
III – Conclusão	31
Referências Bibliográficas.....	33

Índice de Anexos

Anexo I - Declaração do Consentimento Informado

Anexo II - Pedido de Consentimento à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

Anexo III - Escala de Tática de Resolução de Conflitos Revisada (CTS-2)

Anexo IV – Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.)

Introdução

A violência conjugal, também conhecida como violência interparental, representa uma forma específica e preocupante de violência doméstica. Este tipo de violência caracteriza-se por comportamentos agressivos, abusivos e controladores que visam prejudicar danos à integridade física, mental e moral de uma pessoa. Esta forma de violência ocorre em relações íntimas entre parceiros e/ou ex parceiros onde um deles tenta exercer controlo sobre o outro (Paiva et. al., 2017).

O interesse por esta problemática manifestou-se durante a realização do estágio curricular no Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) na Guarda Nacional Republicana (GNR). Através da experiência vivida nesta instituição desenvolvi uma preocupação pelas crianças expostas a ambientes familiares violentos, pois muitas das vezes são vítimas esquecidas devido ao facto de não serem abusadas diretamente.

Este trabalho, tem como objetivo explorar as dimensões da violência conjugal, desde a sua conceptualização até às implicações que esta tem na vida das vítimas diretas e indiretas. Além disso, é abordado neste trabalho as principais formas de manifestação da violência conjugal e o seu impacto nas vítimas, em particular nas crianças que são expostas a este tipo de comportamentos.

O presente estudo destacará também os fatores de risco e de proteção que moldam o desenvolvimento dos filhos, destacando-se o facto de a exposição à violência interparental afetar as crianças expostas em diversas áreas. Neste projeto refere-se ainda a transmissão intergeracional da violência, percebendo como é que a exposição à mesma pode influenciar nas escolhas de relacionamentos futuros.

Este estudo para além de contribuir para uma compreensão mais abrangente da violência conjugal e dos seus efeitos nos filhos, tem também como objetivo perceber de que maneira é que a exposição a atos violentos no meio familiar, pode indicar um fator preditor para a perpetuação/vitimação da violência nas relações de intimidade dos filhos na vida adulta.

Parte I - Enquadramento Conceptual

1. Conceptualização da Violência Conjugal

A violência conjugal, também conhecida como violência interparental é uma forma específica de violência doméstica que se traduz num padrão de comportamento agressivo, abusivo e/ou controlador destinado a causar danos à integridade física, mental e moral de uma pessoa. Este tipo de violência ocorre no âmbito de uma relação íntima entre companheiros e/ou ex-companheiros, onde um dos companheiros tenta exercer controlo sobre o outro (Paiva, et al., 2017).

A violência doméstica não é um problema recente, esta já existe há várias décadas e “ocorre no seio dos casais independentemente das classes sociais, idades, etnias e orientação sexual, embora sejam vários os motivos, a sua raiz é o poder patriarcal que promove a desigualdade e a dominação do homem nas relações de género” (Tavares, 2011). A violência que ocorre no contexto da família é vista como um problema social que acaba por afetar os envolvidos em vários aspetos, esta tem inúmeras consequências principalmente na vida das mulheres, das crianças e dos adolescentes (Araújo, 2002).

Durante muito tempo esta problemática estruturava-se sob os princípios da invisibilidade e era representada por agressões que ocorriam apenas na privacidade do lar. A Violência Doméstica era considerada um assunto restrito ao casal perpetuando mitos populares como o ditado “entre marido e mulher não se mete a colher” (Guimarães & Pedroza, 2015). Atualmente, existe um maior conhecimento desta problemática, sendo possível observar que há uma maior compreensão e consciencialização das causas e efeitos deste tipo de comportamentos.

2. Enquadramento Legal

Ao longo dos anos, o Código Penal Português foi sofrendo diversas alterações no que diz respeito ao enquadramento legal deste tipo de crime.

O crime de violência doméstica encontra-se descrito no artigo 152º do Código Penal. Em 1982 este crime era descrito como prevista e punida como “*maus-tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou conjugues*” este era considerado um

crime semipúblico, logo, a vítima tinha a possibilidade de desistir da queixa o que fez com que muitos dos agressores continuassem sem uma punição. (Nunes e Matos, 2010). No ano 2000, há uma nova reforma do Código Penal e a Violência Doméstica passa a ser um crime público, logo, o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, é apenas preciso existir uma denúncia e logo que o crime seja do conhecimento do Ministério Público é obrigatória a existência de um processo penal (Manita, et al., 2009).

Atualmente, o crime de Violência Doméstica consta no artigo 152º, nº1 do Código Penal:

“quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

- *ao cônjuge ou ex cônjuge;*
- *a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação, ainda que sem coabitação;*
- *o progenitor de descendente comum em 1º grau; ou*
- *a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;*

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”

3. Principais formas de manifestação da violência conjugal

Existem vários tipos de Violência Conjugal que podem ocorrer nas relações de intimidade, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) existem cinco formas de manifestação da violência doméstica, a violência física, a violência psicológica, o isolamento social, o abuso económico e a violência sexual. Estas formas de exercício da violência podem aumentar ao nível da frequência, da intensidade e da gravidade dos danos.

A violência física consiste no uso da força com o objetivo de provocar danos físicos na vítima, esta engloba atos como empurrar, pontapear, esbofetear, atirar objetos, cuspir, puxar cabelos, entre outros. Já a violência psicológica/emocional é toda e qualquer atitude que cause dano, privação do bem estar, que menospreze e desvalorize a vítima como

insultos, intimidações e humilhações na presença de familiares e amigos. A intimidação encontra-se associada à violência psicológica pois o agressor tem por objetivo causar medo à vítima através de ações que este pode vir a cometer (Governo Constitucional, 2020).

A violência económica está associada a comportamentos de controlo do dinheiro da vítima, o agressor para além de tomar posse do ordenado desta, nega-lhe dinheiro quando esta precisa e exige uma justificação para qualquer gasto monetário. Na violência social ou isolamento social, o agressor exerce um controlo sob a vida social da vítima impedindo que esta saia de casa, que receba visitas de familiares ou amigos e controlando o telemóvel da mesma, desta forma, o agressor consegue criar um afastamento entre a vítima e os que a rodeiam (APAV, 2014).

A violência sexual expressa-se através de qualquer ação de natureza sexual praticada por uma pessoa sobre a outra, contra a sua vontade, o ato de a obrigar a ter relações sexuais com o agressor ou com outras pessoas e a insistência para que mantenham relações sexuais desprotegidas são exemplos do exercício da violência sexual (Governo Constitucional, 2020).

Estes atos estão muitas vezes interligados uns aos outros, como por exemplo a violência sexual onde recorrentemente é utilizada a força física na intenção de obrigar a vítima.

4. O impacto da exposição à Violência Conjugal

O ambiente familiar constitui uma base importante no desenvolvimento dos filhos uma vez que a construção da personalidade da criança é pautada por fatores biológicos, familiares e sociais (Guimarães, 2013). Este ambiente, como é a primeira rede social de apoio em que as crianças se inserem tem um papel bastante importante na transmissão de valores e de comportamentos, é então suposto aprender-se as primeiras normas sociais através das interações com a família (Teixeira, 2008).

Por meio de vários estudos, percebemos que quando existe violência doméstica na família, há a possibilidade de esta ser perpetrada diretamente contra os filhos pelo exercício da violência física, psicológica, sexual ou da negligência, o que faz com que

estes se tornem vítimas diretas da violência e há também a possibilidade de esta ter impacto nos filhos de forma indireta através da violência conjugal (Benetti, 2006).

Apesar de existir uma grande preocupação no que diz respeito à violência diretamente praticada contra os filhos, ainda existe uma descredibilização quanto à vitimação indireta das crianças expostas a atos violentos. Porém, existem alguns pesquisadores que focam a sua atenção nesta problemática do testemunho da violência por parte das crianças, uma vez que esta também resulta em consequências ao desenvolvimento pessoal das mesmas (Almeida, et al., 2013).

De acordo com Sani “o testemunho de violência interparental tem efeitos profundos na criança, dada a proximidade e continuidade da experiência e a importância que o contexto familiar tem para o seu desenvolvimento.” (Sani, 2002. citado em Barroso 2020). Infelizmente, as crianças foram muito tempo vítimas esquecidas quando se abordava a problemática da violência doméstica, uma vez que persistia a ideia de que estas eram bem tratadas pela família, pois esta era considerada um lugar de carinho e de afetos e não de violência, acreditavam então que as crianças tinham a capacidade de escapar aos efeitos da violência entre os pais (Sani & Cardoso, 2013).

“A mera exposição à violência doméstica é em si mesma, uma forma de maltratar a criança, pois, a criança que testemunha a agressão à sua mãe é vítima de violência psicológica” (Graham-Bermann, 1998 *citado em* Maldonado e Williams, 2005: 2). Na atualidade, as crianças expostas à violência conjugal são consideradas vítimas diretas nos termos do artigo 152º, nº2 do Código Penal, “*No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.*”

É desde o nascimento que o meio físico e o meio social influenciam o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Como a família é o primeiro meio social onde a criança está inserida, esta desenvolve o seu conhecimento através das experiências pessoais que observa em casa (Coelho e Pisoni, 2012). Desta forma, a qualidade do relacionamento familiar e conjugal é muito importante na fase de desenvolvimento dos filhos pois é no seio familiar que se dão os primeiros relacionamentos interpessoais e trocas emocionais que suportam os indivíduos na idade adulta (Pratta e Santos, 2007).

O impacto destas condutas presentes nas famílias não é igual em todas as crianças nem depende apenas dos comportamentos aos quais estas são expostas, é importante destacar que a capacidade de mediação de fontes internas e externas de perigo depende de criança para criança. Assim, muitos dos filhos expostos à violência conjugal conseguem desenvolver-se de uma forma saudável ao longo da sua vida, este acontecimento pode ser explicado através das variáveis mediadoras que explicam a relação entre o conflito conjugal e o ajustamento das crianças para atenuar os efeitos da exposição à violência, estas variáveis agrupam-se em dois tipos, os fatores individuais e os fatores situacionais-contextuais (Soares e Sani, 2016).

As variáveis individuais estão relacionadas com as características individuais da criança como por exemplo a idade, o género, o temperamento, a autoestima, as capacidades cognitivas, as estratégias de *coping*, e as perceções e interpretações da criança. Já as variáveis situacionais-contextuais dividem-se em dois tipos, as variáveis situacionais encontram-se diretamente relacionadas com a criança, como por exemplo a experiência passada com a violência, as competências parentais dos pais e a saúde mental dos mesmos, quanto às variáveis contextuais temos como exemplo a frequência e a intensidade com que ocorre o conflito, o local e a duração do mesmo e estas dizem respeito aos progenitores e ao conflito entre eles (Soares e Sani, 2016).

É possível perceber que a exposição a este tipo de conflito resulta no aumento do risco de problemas comportamentais e emocionais no desenvolvimento dos filhos. Estes problemas incluem sintomas internalizantes (ex: baixa autoestima, ansiedade, depressão, isolamento) e externalizantes (ex: desobediência, comportamento agressivo, abuso de drogas)(Coutinho e Sani, 2008).

Frequentemente, as crianças expostas à violência interparental correm o risco de virem a ser fisicamente abusadas no futuro (Postmus, 2016), no que diz respeito à parte emocional é habitual que esta exposição cause sentimentos de culpa, raiva e medo que causam uma dificuldades no reconhecimento das emoções (Coutinho e Sani, 2008).

Quando falamos do impacto a nível comportamental, é frequente a existência de um comportamento opositor e agressivo e o abuso de substâncias é também um comportamento adotado regularmente por estas crianças (Coutinho e Sani, 2008).

Relativamente ao impacto a nível cognitivo, é visível uma diminuição no rendimento escolar dos filhos que crescem expostos à violência interpapental pois dificilmente existem capacidades para a resolução de conflitos devido à dificuldade na aprendizagem de estratégias adequadas para a resolução dos mesmos (Yanes e Gonzáles, 2001).

Por fim, podemos verificar uma dificuldade no estabelecimento de relações devido à falta de confiança nos adultos, habitualmente existe um isolamento por parte da criança exposta o que impede que esta crie vínculos saudáveis a nível social (Postmus e DiBella, 2016).

5. A transmissão intergeracional da violência

A transmissão intergeracional da violência é a tendência para a repetição de padrões de violência de uma geração para a geração seguinte, este fenómeno pode ocorrer devido ao testemunho de comportamentos violentos na infância que consequentemente podem-se reproduzir nos relacionamentos futuros.

A família tem um papel bastante importante na transmissão de comportamentos e apesar de existirem outros aspetos que contribuem para a transmissão da violência, é necessário prestar atenção às crianças expostas a estas situações uma vez que há a hipótese de, em relacionamentos futuros, estas crianças repetirem os padrões de violência vivenciados na família. A exposição a contextos de violência costuma ter repercussões para todos os envolvidos, quer como vítima direta ou indireta, esta exposição relaciona-se com a possibilidade de estabelecimento de relações violentas no futuro devido ao facto de existirem experiências prévias de vitimação na família que é o modelo de aprendizagem na vida das crianças. (Marasca, Colossi e Falcke, 2013).

Há uma preocupação no que diz respeito à possibilidade de transmissão deste tipo de comportamentos pois é possível perceber que a violência pode ser transmitida de geração em geração seja como forma de elaboração do trauma que o indivíduo viveu no passado ou como forma de resolução de problemas (Jucá-Vasconcelos e Féres-Carneiro, 2019). A exposição à violência na infância pode afetar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças moldando assim os seus comportamentos futuros. Segundo Lima e Werlang (2011), existem muitos casos de crianças que foram vítimas de agressividade por parte dos pais que acabaram por reproduzir esses comportamentos no futuro na tentativa de educar os filhos pois quando se estabelece uma relação conjugal,

encontra-se um novo local para perpetuar as atitudes aprendidas na família, posto isto, percebemos que a violência pode ser perpetuada de geração em geração e que os acontecimentos presentes nos primeiros anos de vida podem determinar até certo ponto os relacionamentos no futuro.

As crianças são portadoras de heranças familiares e estas têm um papel fundamental na formação da identidade do indivíduo ao longo da sua vida. Segundo Muniz e Eisenstein (2009), não conseguimos analisar e compreender o indivíduo sem considerarmos o ambiente em que este se envolve, é necessário então explorar o ambiente envolvente do indivíduo uma vez que o ser humano está em interdependência com o seu meio, que neste caso é a família. O comportamento violento é influenciado por uma variedade de fatores biológicos, sociais, culturais, entre outros, de qualquer das maneiras, as motivações de origem familiar sejam elas boas ou más, vão influenciar na escolha conjugal dos filhos e tendem a repetir-se nesses relacionamentos. Assim, o ambiente do relacionamento dos pais tem um papel importante no futuro dos filhos pois este pode vir a ser repetido pelos mesmos em relações íntimas na vida adulta, mas pode também ser um motivo para que queiram evitar algum relacionamento do gênero (Razera, Censi e Falcke, 2014).

6. Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento infantil

A exposição a ambientes violentos desencadeia diferentes respostas variando de criança para criança, algumas dessas respostas são adaptativas enquanto outras não o são. Os fatores de risco referem-se a condições associadas a uma alta probabilidade de existirem impactos negativos no desenvolvimento infantil como comportamentos prejudiciais à saúde, ao bem estar e ao desempenho social do indivíduo (Reppold, et al., 2002). Estes fatores podem ser de carácter biológico e genético da criança, assim como podem ser influência do ambiente comunitário em que esta se insere, contribuindo para a possibilidade de desenvolvimento de comportamentos problemáticos. Em contrapartida, existem os fatores de proteção que modificam a resposta, ou seja, para um risco que pode predispor uma resposta inadequada, existem estes fatores que funcionam como diminuidores da probabilidade de o indivíduo vir a desenvolver problemas de externalização como o uso de substâncias e comportamentos agressivos (Maia e Williams, 2005). Assim, enquanto os fatores de risco aumentam a probabilidade de problemas, os fatores de proteção atuam de maneira a reduzir essa possibilidade.

As crianças expostas à violência no ambiente familiar sofrem prejuízos em grande parte dos domínios do desenvolvimento, algumas das áreas mais afetadas por esta exposição são as áreas da cognição, da linguagem, do desempenho acadêmico e do desenvolvimento socio-emocional. É possível perceber que mesmo que a criança não seja vítima direta da violência, esta pode apresentar problemas no futuro devido à exposição à violência conjugal (Maia e Williams, 2005).

A criança que é exposta a comportamentos violentos no lar vive a sua infância entre conflitos e as emoções do amor e do ódio, esta ambivalência afeta as crianças tanto no desenvolvimento físico como no desenvolvimento mental. Segundo (Brancalhone e Williams, 2003, citado por Maia e Williams, 2005), o testemunho destes comportamentos tem diversos efeitos negativos no futuro como o uso da agressão em situações de conflito, o uso de drogas e/ou álcool, distúrbios de atenção assim como o baixo rendimento escolar. Outros efeitos relevantes neste aspeto são a ansiedade, a depressão e o stress pós traumático (Barnett, 1997 e Santos 2001, citados por Maia e Williams, 2005).

As crianças que vivem neste ambiente devem ser acompanhadas e protegidas pois correm o risco de virem a ser abusadas física e sexualmente. Percebe-se também que a mulher que é agredida pode descontar a sua raiva nos filhos e estes correm também o risco de virem a magoar-se acidentalmente na tentativa de parar o conflito dos pais. No futuro, é possível que, através da observação destes comportamentos estes filhos venham a envolver-se em relações de carácter violento tanto no papel de agressor como no papel de vítima (Holden, Geffner e Jouriles, 1998).

No que diz respeito à personalidade dos pais, afirma-se que estes possuem características prejudiciais aos filhos, contudo, a maioria deles tem capacidades para impedir que estas afetem o desenvolvimento dos mesmos. Alguns fatores de risco apontados pelos autores são a baixa escolaridade dos pais, as famílias numerosas e a ausência de algum dos progenitores (Guralnick, 1998).

As práticas parentais são estratégias adotadas pelos pais para cumprirem o papel de agentes de socialização dos filhos. Essas práticas podem ter tanto comportamentos pró-sociais como anti sociais dependendo das estratégias utilizadas por cada progenitor (Gomide, 2003, citado por Maia e Williams, 2005). Este autor definiu algumas variáveis relacionadas ao desenvolvimento do comportamento anti social, algumas dessas práticas

são a ausência de afeto, a imposição da disciplina por meios agressivos ou através de uma disciplina demasiado relaxada e a punição inconsistente, esta depende do humor dos pais e também é considerada uma prática educativa negativa.

É importante destacar que as práticas parentais, a presença de comportamentos agressivos durante a infância, a perpetuação de comportamentos anti sociais em algum membro do agregado familiar e o pouco envolvimento escolar são variáveis preditoras para atos infracionais (Gallo e Williams, 2005). A presença de fatores de risco como conflitos familiares, a perda da ligação entre pais e filhos e as práticas parentais ineficazes salientam a possibilidade de o jovem vir a ter entraves no seu desenvolvimento (Kumpfer e Alvarado 2003).

O Ministério da Saúde (2002), identifica também alguns fatores de risco no desenvolvimento infantil, alguns dos fatores referentes à família são por exemplo famílias baseadas numa desigual distribuição do poder e da autoridade, as famílias onde não existe uma definição dos papéis levando a que não existam limites entre os elementos do agregado familiar, as famílias onde impera a agressividade e onde há pouca manifestação de carinho e as famílias que se encontram em situação de crise como por exemplo o desemprego ou a separação do casal.

A comunidade também tem um papel influente no desenvolvimento, mas estes efeitos, para além de complexos, são normalmente mediados pelos pais. Desta forma, famílias com práticas parentais positivas podem impedir que as crianças sejam afetadas pelos fatores de risco da comunidade, já as famílias de alto risco podem utilizar as vantagens oferecidas pela comunidade (Fox e Benson, 2003, citado por Maia e Williams, 2005 e por Delvan, Becker e Braun, 2010).

Os fatores de proteção podem ser divididos em três categorias: atributos da personalidade da criança, como a autonomia, a autoestima e a orientação social positiva, a categoria das características familiares, que inclui o afeto, a ausência de discórdia e de negligência, etc. e a categoria das fontes de apoio individual ou institucional disponíveis para a criança e para a família, que podem ser, por exemplo, as relações da criança com pares e com pessoas externas à família, os cuidados médicos ou psicológicos, instituições religiosas entre outros (Garmezy, 1985, citado por Maia e Williams, 2005). A família é conhecida como responsável pelo processo de socialização dos filhos, é por meio desta

que a criança adquiere certos comportamentos, valores e habilidades, desta forma, espera-se que seja neste contexto que as crianças internalizem normas e regras para um bom desempenho social (Bee, 1995, citado por Maia e Williams, 2005).

Como foi mencionado anteriormente, a negligência parental contribui negativamente para o desenvolvimento das crianças, por outro lado, o bom funcionamento familiar, um bom vínculo emocional e o apoio parental são alguns dos fatores de proteção que impedem que as crianças sigam o caminho da delinquência. Desta forma, verifica-se que a família pode ser caracterizada como um fator de risco ou como um fator de proteção, dependendo da forma como os pais aplicam as práticas parentais (Reppold et al., 2002). A distribuição adequada da atenção, das regras, do afeto, da supervisão das atividades dos filhos assim como o comportamento moral dos pais que ajuda os filhos a desenvolverem a sua empatia, responsabilidade e o reconhecimento do certo e do errado são exemplos de práticas positivas que os pais podem adotar para apoiar o desenvolvimento saudável dos seus filhos (Gomide, 2003, citado por Maia e Williams, 2005).

Uma boa parentalidade (ambiente de regras adequado, relacionamento positivo pais-filho, comunicação dos valores familiares) é a forma mais eficaz de reduzir problemas comportamentais nas crianças. Embora a influência dos pares seja uma das principais causas do comportamento delinquente entre os adolescentes, o medo da desaprovação parental de tal comportamento é uma das principais razões pelas quais os adolescentes não se envolvem em comportamentos delinquentes (Kumpfer e Alvarado, 2003). Existem características nas crianças que fazem com que estas lidem de uma forma adequada com as dificuldades. O temperamento positivo e as habilidades sociais da criança como a capacidade de se relacionar facilmente, a elevada auto estima, a habilidade de resolução de problemas e o desempenho académico, são exemplos de fatores de proteção que podem estar presentes nas crianças (Rae-Grant, et al., 1989). A ligação emocional que existe com outros cuidadores, como os avós, pode ser um fator de proteção nos momentos de stress da criança. Os amigos e a escola também são um fator de proteção porque proporcionam apoio emocional à criança em risco (Werner, 1998).

A resiliência refere-se à capacidade de alcançar bons resultados mesmo quando existem ameaças que possam prejudicar um desenvolvimento saudável. Não é necessária a existência de todos os fatores mencionados anteriormente para que a criança se torne

resiliente, no entanto, a tendência para a resiliência tem sido associada a uma presença maior de fatores de proteção (Werner, 1998).

É possível perceber que a exposição à violência conjugal pode resultar em diversos riscos para o desenvolvimento infantil. Contudo, a presença de fatores de proteção tais como práticas parentais positivas e apoio emocional podem atenuar esses impactos negativos. É fundamental compreender como é que esses fatores interagem e como podem ser aplicados para promover o desenvolvimento saudável das crianças que vivem em ambientes violentos.

7. Abordagens de Intervenção

Como foi observado anteriormente, a violência doméstica não afeta somente o casal, existem várias consequências para os filhos que são expostos a estes comportamentos em casa e é necessário que existam abordagens de intervenção que ajudem os filhos destes casais, proporcionando-lhes um ambiente seguro para desenvolverem e ajudando assim a diminuir os efeitos negativos dessa exposição. Por esta razão, é necessário realizar intervenções quer ao nível individual quer em grupo.

A intervenção individual é necessária para aquelas crianças que parecem necessitar de atenção extra e que mostram a necessidade de falar com alguém acerca os seus sentimentos, este tipo de intervenção é também aplicável aos filhos que foram fisicamente abusados (Hughes, 1986, citado por Poole, Beran e Thurston, 2008). Quando se trabalha individualmente com as crianças, é importante proporcionar-lhes tempo e espaço para que reflitam sobre as suas experiências passadas e para que possam expressar os seus sentimentos. Desta forma, ao falarem das suas experiências com um adulto, as crianças percebem que não estão sozinhas e que não são culpadas pelo que aconteceu (Hester, Pearson e Harwin, 2000).

Já a intervenção em grupo constitui-se como uma abordagem relevante, uma vez que mostra às crianças que não são as únicas a passar por situações de violência entre os pais. Assim, através desta abordagem, as crianças sentem-se à vontade para partilhar os seus medos e as suas experiências com crianças que passaram pelo mesmo (Jaffe, Hurley e Wolfe, 1990).

Os programas de intervenção em grupo devem ser adaptados de modo a satisfazer as necessidades diversas das crianças e devem ser estruturados para produzir resultados a curto prazo (Poole, Beran e Thurstone, 2008).

Por outro lado, é importante que existam programas que envolvam não apenas as crianças, mas também as suas mães, pois a colaboração materna é crucial para o bem estar dos filhos expostos à violência interpaparental, uma vez que, o ajustamento da criança está fortemente ligado à saúde mental e estabilidade das mães.

Parte II - Proposta de Estudo

1. Objetivo

Definir os objetivos é o ato de especificar o que se deseja através da realização do projeto de investigação (Ander-Egg & Aguilar, 1999). O presente estudo tem como principal objetivo analisar a relação existente entre a exposição à violência conjugal na infância e a perpetuação da mesma em relações de namoro, uma vez que, a transmissão intergeracional da violência é considerada um dos fatores de risco para crianças expostas à violência interparental. Assim, os objetivos específicos deste projeto são:

- Analisar os métodos de resolução de conflitos dos jovens/adultos nas relações amorosas;
- Comparar as diferenças de gênero na perpetuação/vitimização da violência em relações amorosas entre os jovens/adultos que foram expostos à violência conjugal na infância;
- Determinar se a exposição à violência conjugal na infância está associada a comportamentos abusivos nas relações de namoro dos jovens adultos;

2. Método

A realização deste projeto seria feita através de uma abordagem quantitativa, descritivo, correlacional e transversal. Este seria conduzido por meio de inquéritos com questionários de maneira a obter autorrelatos por parte dos participantes.

Os estudos quantitativos têm por base a coleta e a análise de dados numéricos para dar resposta às perguntas descritas anteriormente de forma a descrever relações entre as variáveis “exposições à violência conjugal na infância” e “perpetuação da violência nas relações amorosas”. Conforme a definição de Fortin (1999), o método quantitativo utiliza dados numéricos de modo a obter informações e a testar relações entre as mesmas. No contexto das pesquisas descritivas, o objetivo é fazer uma descrição dos fenômenos existentes e determinar a regularidade da sua ocorrência numa população específica (Fortin, 1999). Este estudo seria de natureza correlacional, uma vez que não introduz alterações das variáveis ao longo do tempo de medição, sendo também transversal pois

procura obter dados num momento específico, ao contrário dos estudos longitudinais que coletam informações em diversos momentos da pesquisa (Camayd e Freire, 2020).

2.1 Amostra

Uma vez que este projeto se centra no impacto da violência conjugal no desenvolvimento dos filhos recorrer-se-á a uma amostra de jovens/adultos que já tenham experienciado uma relação de namoro e que frequentem o ensino superior de modo a perceber se a exposição à violência conjugal na infância é um fator preditor para a perpetuação de violência nas relações de intimidade dos filhos no futuro ou não.

Os critérios de inclusão para a seleção dos participantes para este projeto são :

- Jovens/Adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de idade estudantes na Universidade Fernando Pessoa;
- Os participantes têm de ter tido pelo menos 1 relação de namoro;

Já no que diz respeito aos critérios de exclusão:

- Não serão considerados para o estudo jovens/adultos com idades não compreendidas entre as descritas anteriormente e que não tenham tido qualquer relação amorosa.

2.2. Instrumentos

Como foi anteriormente mencionado, o material escolhido para a recolha de dados para a realização deste estudo foram autorrelatos por questionário. Assim, serão utilizados 2 questionários.

De maneira a avaliar a qualidade das relações amorosas dos inquiridos, utilizar-se-á o instrumento “Escala de Táticas do Conflito Revisada (CTS2)” (Anexo III), esta escala é da autoria de Strauss, Hamby, Boney-McCoy e Sugarman (1996) e foi adaptada à população portuguesa por Carla Paiva e Bárbara Figueiredo (2002). A utilização desta escala tem como finalidade avaliar de forma quantitativa as relações de namoro, assim, será possível perceber de que maneira é que os casais resolvem os conflitos entre si, se optam por recorrer ao uso da violência ou se utilizam estratégias de resolução.

Este questionário inclui 8 categorias de resposta sendo que as primeiras 6 categorias têm como objetivo entender a incidência e a cronicidade no último ano: (1) uma vez no ano anterior; (2) duas vezes no ano anterior; (3) 3-5 vezes no ano anterior; (4) 6-10 vezes no ano anterior; (5) 11-20 vezes no ano anterior; (6) mais de 20 vezes no ano anterior. As duas últimas categorias visam determinar a prevalência do abuso: (7) não no ano anterior, mas ocorreu anteriormente; ou a inexistência de qualquer tipo de abuso: (8) nunca aconteceu. Esta escala permite contabilizar o número de vezes que o inquirido perpetrou cada item no último ano e também permite contabilizar as vezes que o companheiro o perpetrrou contra o entrevistado, desta forma podemos obter dados tanto da perpetração como da vitimização.

A outra escala a utilizar neste projeto é a escala de “Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.)” (Anexo IV), este instrumento foi desenvolvido por Sani no ano de 2003 e tem como objetivo caracterizar o ambiente familiar na perspectiva do entrevistado para determinar a presença e/ou exposição à violência na família.

Este instrumento é constituído por 30 itens que agregam 4 fatores (abuso físico, abuso emocional, coerção e controlo) e tem dois formatos de resposta. Numa primeira parte da escala, o modelo de resposta segue o estilo *Likert* [0 = nunca (nenhuma vez); 1 = poucas vezes (ou 2 vezes nesse ano); 2 = às vezes (mais de 2 ou 3 vezes nesse ano); 3 = muitas vezes (cerca de 1 vez por mês) e 4 = quase sempre (mais de uma vez por mês)] de modo a avaliar a frequência dos eventos violentos. Já o segundo modelo de resposta é apresentado numa coluna ao lado de cada item, em formato de *checklist*, para identificação do alvo da violência, se esta foi perpetuada contra um adulto, uma criança ou contra ambos (Sani, 2003).

De modo a efetuar o registo das informações recolhidas, o instrumento a ser utilizado é o programa informático, IBM SPSS Statistics, Versão 25. Através deste programa vai ser criada uma base de dados onde vão ser inseridas as respostas de ambos os questionários de modo a analisar os resultados estatísticos.

2.3. Procedimentos

Para a realização deste projeto deve-se obedecer às normas éticas partilhadas pela comunidade científica internacional, sendo assim, é necessário salvaguardar o anonimato, a confidencialidade e o consentimento informado (Anexo I).

Inicialmente, começaríamos por redigir um pedido de autorização para a utilização dos questionários (CTS2 e S.A.N.I.) aos autores dos mesmos. Para além desta, será também necessária uma autorização do Reitor e á Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (UFP) (Anexo II) para que o projeto possa ser aplicado aos alunos que frequentam esse estabelecimento de ensino superior.

De seguida, e com a devida autorização do Reitor, seria enviado um *email* aos alunos da Universidade com um *link* para a plataforma *online*- Google Forms - onde estariam disponíveis os questionários. Nesta plataforma, inicialmente apareceria uma breve descrição do projeto onde constariam os objetivos do projeto e os critérios de inclusão para poderem responder aos questionários.

Como foi mencionado anteriormente, é necessária a existência de um consentimento informado, desta forma, os participantes teriam de selecionar “aceito” nesse consentimento para poderem responder aos questionários.

3. Resultados Esperados

Com a realização deste estudo, pretende-se que exista uma relação significativa entre as variáveis da exposição das crianças a atos violentos dentro do seio familiar durante a infância e a perpetuação desses mesmos atos nas relações amorosas na vida adulta.

Assim, espera-se que se verifique a existência de violência no contexto familiar da maioria dos participantes que admitam comportamentos agressivos nas relações, desta forma, será possível verificar uma relação positiva entre exposição/vitimação à violência interparental com a perpetuação da violência no namoro. Espera-se também que exista uma relação relativamente à exposição aos comportamentos violentos em contexto familiar e à vitimação em relações adultas (Oliveira, 2009).

É possível que através deste estudo se perceba que parte da amostra admita recorrer ao uso de comportamentos abusivos como estratégia de resolução de conflitos nas relações de intimidade. No que diz respeito à vitimação é esperado que grande parte da amostra admita já ter sofrido comportamentos abusivos por parte do parceiro pelo menos uma vez na relação (Doroteia, 2013).

Através da análise da literatura existente relativamente a esta problemática, é esperado que se conclua que testemunhar a violência entre os pais na infância seja um forte indicativo para a experientiação da violência tanto como vítima quanto como agressor(a) em relacionamentos amorosos, para ambos os géneros (Milletich, et al., 2010).

Desta forma, é esperado que através deste estudo se comprove que a exposição à violência interpaparental na infância seja um fator significativo na perpetração/vitimação de violência nas relações de namoro dos jovens/adultos, mas que nem sempre se aplique devido à presença de fatores mediadores.

III – Conclusão

Através deste projeto, é possível perceber que a violência conjugal tem bastantes consequências para o bom desenvolvimento dos filhos, afinal, a família é o primeiro ambiente social onde a criança se insere, desta forma, é crucial o estudo da violência conjugal e das suas implicações no desenvolvimento infantil devido à complexidade desta problemática.

Ao longo do trabalho, existe um enfoque para a questão da transmissão intergeracional da violência, pois as experiências na infância moldam o comportamento futuro da criança. Assim, é importante intervir neste aspeto pois a mera exposição à violência na família pode levar as crianças a repetirem esses padrões nos seus próprios relacionamentos, seja como agressores ou como vítimas.

Com este projeto, chegamos à conclusão de que a violência conjugal é um problema complexo que afeta não só os envolvidos, mas também os filhos que testemunham esses atos. Portanto, é fundamental compreender as diversas dimensões desta problemática e identificar os fatores que aumentam o risco e aqueles que proporcionam proteção, de maneira a ajudar as crianças a superarem os desafios e a interromper o ciclo da violência que pode ser transmitida de geração em geração. Um apoio adequado e uma intervenção eficaz são fundamentais para garantir que as crianças desenvolvem num ambiente seguro e saudável.

Este projeto teve como finalidade, analisar a relação existente entre a exposição à violência conjugal na infância e a perpetração da mesma em relações de namoro, com o

objetivo de entender como é que a exposição a ambientes violentos na infância afeta no comportamento dos jovens/adultos em relacionamentos íntimos.

Espera-se que, através deste projeto, possamos obter uma compreensão mais profunda do impacto que a exposição à violência conjugal tem no desenvolvimento das crianças, e que, ao existir um maior conhecimento relativamente a esta problemática, seja mais fácil identificar estratégias de prevenção e de intervenção, de modo que exista uma redução da perpetuação da violência em relacionamentos futuros.

Referências Bibliográficas

Almeida, A., Miranda, O., & Lourenço, L. (2013). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: Uma revisão bibliométrica. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 298-311. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a11.pdf>

Ander-Egg, E. e Aguilar, M. J. (1999). Como elaborar um projeto: guia para desenhar projetos sociais e culturais. (15.^a Ed.). Lisboa, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2014). *Tipos de Violência e de Crime*. <https://apav.pt/pessoasidosas/index.php/violencia-crime/tipos-de-violencia-e-de-crime>

Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. <https://www.scielo.br/j/pe/a/QJpLxjnNg6J3H4skJLgW3mf/?format=pdf&lang=pt>

Barroso, I. F. A. (2020). As crianças como testemunhas silenciosas: Um olhar sobre a exposição à violência interpaparental. Porto, Universidade Fernando Pessoa. https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/9197/1/PG_36284.pdf

Benetti, S. P. C. (2006). Violência conjugal: Impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268. <https://www.scielo.br/j/prc/a/8z7BqGvXbnbpbD5vdw4H8qy/?format=pdf&lang=pt>

Coelho, L e Pisoni, S. (2012). Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. *Revista e – Ped.* 2(1), 144 -152. https://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teorla_e_a_influencia_na_educacao.pdf

Coutinho, M e Sani, A. (2008). Evidência Empírica na Abordagem sobre as Consequências da Exposição à Violência Interpaparental. <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/970/2/284-293.pdf>

Delvan, J. S., Becker, A. P. e Braun, K. (2010). Fatores de risco no desenvolvimento de crianças e a resiliência: Um estudo empírico. *Revista de Psicologia da IMED*, 2(1), 349-357. <https://core.ac.uk/download/pdf/233172062.pdf>

Doroteia, J. (2013). Violência no namoro: atitudes legitimadoras e exposição ao conflito interparental. Dissertação de mestrado em Psicologia Forense e Criminal (não publicada). Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/6236>

Fortin, M.F. (1999). O processo de investigação – da concepção à realização. Loures, Lusociência.

Governo Constitucional. (2020). *Guia de intervenção integrada junto de crianças ou jovens vítimas de violência doméstica*. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/06/Guia-de-Intervencao-integrada-junto-de-criancas-ou-jovens-vitimas-de-violencia-domestica.pdf>

Guimarães, A. F. et al. (2013). Risk of developmental of children aged between two and 24 months and its association with the quality of family stimulus. *Rev. Paul Pediatr.* 31(4), 452-458. <https://www.scielo.br/j/rpp/a/7yh5ZHzG966HxrtFfb5RCtD/?format=pdf&lang=pt>

Guimarães, M. C., e Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: Problematisando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia e Sociedade*, 27(2), 256-266. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr7bvbKMvcYSTwdHDpdYhfn/?format=pdf&lang=pt>

Guralnick, M. J. (1998). The effectiveness of early intervention for vulnerable children: a developmental perspective. *American Journal on Mental Retardation*, 102(4), 319-345. https://depts.washington.edu/chdd/guralnick/pdfs/effect_EI_AJMR_vol102_98.pdf

Hester, M., Pearson, C. e Harwin, N. (2000). Making an impact: Children and domestic violence. <http://www.incesttraumacentar.org.rs/biblioteka/8.Jos%20vaznih%20knjiga/3.Making%20an%20Impact%20-%20Children%20and%20Domestic%20Violence,%20Mariane%20Hester,%20Chris%20Pearson%20and%20Nicola%20Harwin,%20with%20Hilaty%20Abrahams.pdf>

Holden, G. W., Geffner, R., e Jouriles, E. N. (1998). Children exposed to marital violence: theory, research, and applied issues. Washington: American Psychology Association. https://www.researchgate.net/publication/232472864_Children_exposed_to_marital_violence_Theory_research_and_applied_issues_APA_science_volumes

Jaffe, P. G., Hurley, D. J. e Wolfe, D. (1990). Children's observations of violence: I. Critical issues in child development and intervention planning. *Canadian Journal of Psychiatry*, 35(6), 466-470.
<https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/070674379003500601>

Jucá-Vasconcelos, H. P. e Féres-Carneiro, T. (2019). Transmissão psíquica geracional: um estudo sobre violência conjugal contra mulheres. *Psicologia – Saberes e Questões*, 1(1), 1-13. <http://revistas.icesp.br/index.php/Psicologia-saberes-e-questoes/article/view/400/316>

Kumpfer, K. L., & Alvarado, R. (2003). Family-strengthening approaches for the prevention of youth problems behaviors. *Psychological Association*, 58(6-7), 457- 465.
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/67690956/3721a35299e9fc3902b2dee16ace861178c-libre.pdf?1624221707=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DFamily_strengthening_approaches_for_the.pdf&Expires=1698653074&Signature=Kz0D5Y6aPk2BVWcUCoIut0elRdnXt3axtM3i3xPanSHR3tCYv9TeDfG~UTBDHj0RvyPP7AN2R8mLdHfmRWXpq93XEryvzn2uYE7hv7rIOYklFyF8gghLVeOIcpCKolEztkDKm6DwFXhL9XfLPSpMLb0JQzxoBXLbqjhHz7vYX3kXJfrXryVYtOMC-NFGkKaszG3ARr0MzY-y6zgV8GyxuQBj8qJ4g9BgiP~FuqMUn2GZypnOwXmnUqJM5MZEI9pGLs8Gm-qdovJfyBrdPjBSjXfWmfZPWsFQUz1IKMJtb4FbuX1Xq4xrp~-YEz6aoPZ7Bxgc8-gzV0B3xUG-UXjbIg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

Lima, G. Q. e Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: Contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 16(4), 511-520.

Maia, J. M. D. e Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v13n2/v13n2a02.pdf>

Maldonado, D. P. A., & Williams, L. C. A. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica *Psicologia em Estudo*, 10(3), 353-362.
<https://www.scielo.br/j/pe/a/7WR8fbYBtLmGN6fSWp5M3Nm/?format=pdf&lang=pt>

Manita, C., Ribeiro, C. e Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir, Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa.
https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-VD2_GBP_Profissionais_apoio_vitimas.pdf

Marasca, A. R., Colossi, P. M., e Falcke, D. (2013). Violência conjugal e família de origem: uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. *Temas em Psicologia*, 21(1), 221-243. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n1/v21n1a16.pdf>

Milletich, R. et al. (2010). Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationship. *Journal of Family Violence*, 25, 627 – 637. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-010-9319-3>

Ministério da Saúde (2002). Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

Muniz, J. R. e Eisenstein, E. (2009). Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33(1), 72-79. <https://www.scielo.br/j/rbem/a/xyvKTWf4m5zwMxztfhdvbWh/?format=pdf&lang=pt>

Nunes, C. e Mota, M. R. (2010). O crime de violência doméstica: a al. b) do n.º1 do art. 152.º do Código Penal. *Revista do Ministério Público*, n.º122, 133-134. https://rmp.smmmp.pt/wp-content/uploads/2010/10/122_2pp_o_crime_de_viol%C3%Aancia_dom%C3%A9stica.pdf

Oliveira, M. (2009). Violência intergeracional: da violência na família à violência no namoro. Dissertação de mestrado em Ciências Forenses. Universidade do Porto <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/22140>

Paiva, C & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75 – 107. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4211/1/Abuso%20no%20relacionamento%20%282004%29.pdf~>

Paiva, T. T., Pimentel, C. E., e Moura, G. B. (2017). Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10 (2), 215-227. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n2/07.pdf>

Poole, A., Beran, T. e Thurston, W. E. (2008). Direct and indirect services for children in domestic violence shelters. *Journal of Family Violence*, 23, 679-686. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-008-9191-6>

Postmus, J. L. e DiBella, B. (2016). *Children Exposed to Intimate Partner Violence*. National Resource Center for Healthy Marriage and Families. https://www.fatherhood.gov/sites/default/files/resource_files/e000003652.pdf

Pratta, E. M. M. e Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 12(2), 247-256. <https://www.scielo.br/j/pe/a/3sGdvzqtVmGB3nMgCQDVBgI/?format=pdf&lang=pt>

Rad Camayd, Y., e Espinoza Freire, E. E., (2020). *Estratégias metodológica de investigação nas ciências sociais*. Revista Conrado, 16(77), 65-73. <http://scielo.sld.cu/pdf/rc/v16n77/1990-8644-rc-16-77-65.pdf>

Razera, J., Censi, C. M. B. e Falcke, D. (2014). Violência doméstica e transgeracionalidade: Um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51. https://www.researchgate.net/profile/Denise-Falcke/publication/284345309_Violencia_Domestica_e_Transgeracionalidade_Um_Estudo_de_Caso/links/578799d608aedc252a935ed4/Violencia-Domestica-e-Transgeracionalidade-Um-Estudo-de-Caso.pdf

Rae-Grant, N., Thomas, B. E., Offord, D. R., & Boyle, M. H. (1989). Risk, Protective factors, and the prevalence of behavior and emotional disorders in children and adolescents. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 28(2), 262-268. [https://www.jaacap.org/article/S0890-8567\(09\)65400-9/pdf](https://www.jaacap.org/article/S0890-8567(09)65400-9/pdf)

Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspetos teóricos e estratégias de intervenção. In *Google Books*. Casa do Psicólogo. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=ipJ0BJ-Qu20C&oi=fnd&pg=PA7&dq=Reppold,+C.+T.,+Pacheco,+J.,+Bardagi,+M.,+%26+Hutz,+C.,+\(2002\).+Preven%C3%A7%C3%A3o+de+problemas+de+comportamento+e+desenvolvimento+de+compet%C3%A2ncias+psicossociais+em+crian%C3%A7as+e+adolescentes:+uma+an%C3%A1lise+das+pr%C3%A1ticas+educativas+e+dos+estilos+parentais.+In:+C.+S.,+Hutz,+\(Org.\),+Situa%C3%A7%C3%B5es+de+risco+e+vulnerabilidade+na+inf%C3%A2ncia+e+na+adolesc%C3%A2ncia:+aspectos+te%C3%B3ricos+e+estrat%C3%A9gias+de+interven%C3%A7%C3%A3o+\(pp.+7-51\).+S%C3%A3o+Paulo:+Casa+do+Psic%C3%B3logo.+&ots=Bq3nf3QVus&sig=00uqAKUGkkktBloZXvXlnPeHH2I#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=ipJ0BJ-Qu20C&oi=fnd&pg=PA7&dq=Reppold,+C.+T.,+Pacheco,+J.,+Bardagi,+M.,+%26+Hutz,+C.,+(2002).+Preven%C3%A7%C3%A3o+de+problemas+de+comportamento+e+desenvolvimento+de+compet%C3%A2ncias+psicossociais+em+crian%C3%A7as+e+adolescentes:+uma+an%C3%A1lise+das+pr%C3%A1ticas+educativas+e+dos+estilos+parentais.+In:+C.+S.,+Hutz,+(Org.),+Situa%C3%A7%C3%B5es+de+risco+e+vulnerabilidade+na+inf%C3%A2ncia+e+na+adolesc%C3%A2ncia:+aspectos+te%C3%B3ricos+e+estrat%C3%A9gias+de+interven%C3%A7%C3%A3o+(pp.+7-51).+S%C3%A3o+Paulo:+Casa+do+Psic%C3%B3logo.+&ots=Bq3nf3QVus&sig=00uqAKUGkkktBloZXvXlnPeHH2I#v=onepage&q&f=false)

Sani, A. I. e Cardoso, D. (2013). A exposição da criança à violência interpaparental: Uma violência que não é crime. *JULGAR online* <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/A-EXPOSI%C3%87%C3%83O-DA-CRIAN%C3%87A-%C3%80-VIOL%C3%80NCIA-INTERPARENTAL-Ana-Sani-e-Diana-Cardoso.tif.pdf>

Soares, L e Sani, A. (2016). O impacto da exposição à violência interpaparental nas crianças: variáveis mediadoras. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 57-71. <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/2399>

Straus. M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S. E Sugarman, D. B. (1996). The revised conflict tactics scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3) 283-316. https://www.researchgate.net/publication/240329416_The_Revised_Conflict_Tactics_Scales_CTS2_Development_and_Preliminary_Psychometric_Data

Tavares, O. (2011). *Violência conjugal – Dados sócio-demográficos, comportamentos e crenças associados, “Fragmentos de um amor menor”*. Dissertação de mestrado. Portalegre, Escola Superior de Educação. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14239/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Octavio%20Tavares.pdf>

Teixeira, P. (2008). Maus-tratos infantis. Rio Tinto: Artescrita editora

Werner, E. E. (1998). Protective factors and individual resilience. In: *Handbook of Early Childhood Intervention*. 97- 116. Nova York: Cambridge University Press
[https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=otfLCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA115&dq=Werner,+E.+E.+\(1998\).+Protective+factors+and+individual+resilience.+In:+S.+J.,+Meisels,+J.,+%26+P.+Shonkoff+\(Orgs\).+Handbook+of+Early+Childhood+Intervention.+\(pp.+97-+116\).+Nova+York:+Cambridge+University+Press&ots=QiwIr5lpyk&sig=CmCJCTBRSoWUh5zOgylD0G2heUM#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=otfLCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA115&dq=Werner,+E.+E.+(1998).+Protective+factors+and+individual+resilience.+In:+S.+J.,+Meisels,+J.,+%26+P.+Shonkoff+(Orgs).+Handbook+of+Early+Childhood+Intervention.+(pp.+97-+116).+Nova+York:+Cambridge+University+Press&ots=QiwIr5lpyk&sig=CmCJCTBRSoWUh5zOgylD0G2heUM#v=onepage&q&f=false)

Yanes, J. e González, R. (2001). ¿De tal palo tal astilla? Violencia marital y reponsabilidad de los progenitores. *Revista de Psicología Social*, 16(2), 243-249. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1174/021347401317351161?needAccess=true>

Anexos

Anexo I – Declaração de Consentimento Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O impacto da violência conjugal no desenvolvimento dos filhos

Este documento, serve para a recolha de autorizações para a realização de um estudo científico conduzido por Ângela Ribeiro, finalista do 1º ciclo de estudos de Criminologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

O foco do estudo é compreender de que maneira é que a exposição a atos violentos na infância leva à perpetração de violência nas relações de namoro dos jovens/adultos. Para a obtenção de dados para este projeto serão utilizados dois questionários (CTS-2 e S.A.N.I.). A participação neste estudo é individual, confidencial e voluntária.

Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante)

Compreendi a explicação que me foi fornecida sobre a participação na investigação, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta.

Tomei conhecimento de que a informação/explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos da investigação. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos suporte digital serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: _____ / _____ / 20 ____

Assinatura do participante no

projeto: _____

O investigador responsável:

Nome: Ângela Ribeiro

Assinatura:

**Anexo II – Pedido de Consentimento à Comissão de Ética da Universidade
Fernando Pessoa**

Exma. Senhora Presidente,
Da Comissão de Ética
Da Universidade Fernando Pessoa

Eu, Ângela Cristiana Barroso Ribeiro, aluna do 1º ciclo de estudos em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio submeter o meu projeto de investigação de forma a que este seja avaliado pela Comissão de Ética da Universidade.

A proposta de investigação apresentada no projeto intitulado “O Impacto da Violência Conjugal no Desenvolvimento dos Filhos”, visa realizar um estudo para evidenciar que a exposição a atos de violência na infância pode constituir um fator preditor para a perpetração desses comportamentos nas relações de namoro dos filhos no futuro, porém, a existência de fatores de proteção pode minimizar esta possibilidade.

Neste âmbito serão utilizados dois questionários. Um dos questionários tem como objetivo avaliar a maneira como os jovens/adultos resolvem os conflitos entre si nas relações de namoro, designado por “Escala de Táticas do Conflito Revisado (CTS2)” construído por Strauss, Hamby, Boney-McCoy e Sugarman (1996) e adaptado à população portuguesa por Carla Paiva e Bárbara Figueiredo (2002). O segundo questionário a utilizar será a escala de “Sinalização do Ambiente Natural e Infantil (S.A.N.I.) desenvolvido por Sani (2003) e tem como objetivo caracterizar o ambiente familiar do entrevistado de maneira a determinar a presença e/ou exposição à violência na família na infância.

Sem mais nenhum assunto de momento, aguardo a autorização.

Porto, 30 de outubro de 2023.

A requerente

(Ângela Cristiana Barroso Ribeiro)

Anexo III – Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS)

Independentemente de duas pessoas se darem bem ou não, há alturas em que discutem, ficam aborrecidas uma com a outra, pretendem coisas diferentes uma da outra, ou têm quezílias ou brigas apenas porque estão de mau humor, cansadas ou por qualquer outra razão.

As pessoas têm também formas diversas de tentarem resolver as suas diferenças. A seguir, encontrará uma lista de coisas que podem acontecer quando duas pessoas têm diferenças. Por favor, assinale quantas vezes aconteceu que, de há um ano para cá, você tenha feito cada uma dessas coisas e, também, quantas vezes aconteceu que, de há um ano para cá, o seu companheiro o fizesse. Se não aconteceu que você, ou o seu companheiro/a, tenha feito qualquer uma dessas coisas no último ano, mas isso já aconteceu antes, marque um “7” na folha de resposta para a questão correspondente. Se isso nunca aconteceu, marque um “8” na folha de resposta.

Quantas vezes isto aconteceu?

1 = Uma vez, de há um ano para cá

2 = 2 vezes, de há um ano para cá

3 = 3-5 vezes, de há um ano para cá

4 = 6-10 vezes, de há um ano para cá

5 = 11-20 vezes, de há um ano para cá

6 = Mais de 20 vezes, de há um ano para cá

7 = Não de há um ano para cá, mas isso já aconteceu antes

8 = Isso nunca aconteceu

1. Mostrei ao meu companheiro/a que me preocupava com ele/a, mesmo que discordássemos

2. O meu companheiro/a mostrou que se preocupava comigo, mesmo que discordássemos

3. Numa discussão, expliquei ao meu companheiro/a o meu ponto de vista

4. O meu companheiro/a explicou-me o seu ponto de vista numa discussão

5. Insultei ou roguei pragas ao meu companheiro/a
6. O meu companheiro/a fez isso comigo
7. Atirei ao meu companheiro/a alguma coisa que o/a poderia magoar
8. O meu companheiro/a fez isso comigo
9. Torci o braço ou puxei o cabelo ao meu companheiro/a
10. O meu companheiro/a fez isso comigo
11. Tive um entorse, pisadura, ferida ou um pequeno corte por causa de uma luta com o meu companheiro/a
12. O meu companheiro/a teve um entorse, pisadura, ferida ou pequeno corte por causa de uma luta comigo
13. Mostrei respeito pelos sentimentos do meu companheiro/a acerca de um assunto
14. O meu companheiro/a mostrou respeito pelos meus sentimentos acerca de um assunto
15. Fiz o meu companheiro/a ter relações sexuais sem preservativo
16. O meu companheiro/a fez isso comigo
17. Empurrei ou apertei o meu companheiro/a
18. O meu companheiro/a fez isso comigo
19. Usei a força (e.g., batendo, detendo, ou usando uma arma) para fazer com que o meu companheiro/a tivesse sexo oral ou anal comigo
20. O meu companheiro/a fez isso comigo
21. Usei uma faca ou uma arma contra o meu companheiro/a
22. O meu companheiro/a fez isso comigo
23. Desmaiei porque o/a meu companheiro/a me atingiu na cabeça durante uma luta
24. O meu companheiro/a desmaiou porque eu o/a atingi na cabeça durante uma luta

25. Chamei de gordo/a ou feio/a ao meu companheiro/a
26. O meu companheiro/a chamou-me de gorda/o ou feia/o
27. Esmurrei ou bati no meu companheiro/a com algo que o poderia magoar
28. O meu companheiro/a fez isso comigo
29. Destruí algo que pertencia ao meu companheiro/a
30. O meu companheiro/a fez isso comigo
31. Fui ao médico por causa de uma luta com o meu companheiro/a
32. O meu companheiro/a foi ao médico por causa de uma luta comigo
33. Tentei estrangular o meu companheiro/a
34. O meu companheiro/a fez isso comigo
35. Gritei ou berrei ao meu companheiro/a
36. O meu companheiro/a fez isso comigo
37. Atirei o meu companheiro/a contra a parede
38. O meu companheiro/a fez isso comigo
39. Disse que tinha a certeza que poderíamos resolver um problema
40. O meu companheiro/a disse-me que tinha a certeza que poderíamos resolver um problema
41. Precisava de ter ido ao médico, por causa de uma luta com o meu companheiro/a, mas não o fiz
42. O meu companheiro/a precisava de ter ido ao médico, por causa de uma luta comigo, mas não o fez
43. Dei uma tarefa no meu companheiro/a
44. O meu companheiro/a fez isso comigo

45. Agarrei à força o meu companheiro/a
46. O meu companheiro/a fez isso comigo
47. Usei a força (e.g. ferindo, detendo, ou usando uma arma) para fazer com que o meu companheiro/a tivesse relações sexuais comigo
48. O meu companheiro/a fez isso comigo
49. Saí abruptamente da sala, da casa ou de qualquer outro local durante um desentendimento
50. O meu companheiro/a fez isso comigo
51. Insisti em ter relações sexuais quando o meu companheiro/a não queria (mas não usei força física)
52. O meu companheiro/a fez isso comigo
53. Dei uma bofetada ao meu companheiro/a
54. O meu companheiro/a fez isso comigo
55. Tive uma fractura devido a uma luta com o meu companheiro/a
56. O meu companheiro/a teve uma fractura devido a uma luta comigo
57. Recorri a ameaças para fazer com que o meu companheiro/a tivesse sexo oral ou anal comigo
58. O meu companheiro/a fez isso comigo
59. Sugeri um acordo para resolver um desentendimento
60. O meu companheiro/a sugeriu um acordo
61. Queimei ou escalei o meu companheiro/a de propósito
62. O meu companheiro/a fez isso comigo
63. Insisti com o meu companheiro/a para que tivéssemos sexo oral ou anal (mas não usei força física)

64.O meu companheiro/a fez isso comigo

65.Acusei o meu companheiro/a de ser um mau amante

66.O meu companheiro/a acusou-me disso

67.Fiz algo para enfiar o meu companheiro/a

68.O meu companheiro/a fez isso comigo

69.Ameacei ferir ou atirar alguma coisa ao meu companheiro/a

70.O meu companheiro/a fez isso comigo

71.Senti uma dor física, que se manteve no dia seguinte, por causa de uma luta com o meu companheiro/a

72.O meu companheiro/a sentiu dor física, que se manteve no dia seguinte, por causa de uma luta que tivemos

73.Dei pontapés no meu companheiro/a

74.O meu companheiro/a deu-me pontapés

75.Recorri a ameaças para fazer com que o meu companheiro/a tivesse relações sexuais comigo

76.O meu companheiro/a fez isso comigo

77.Concordei em tentar uma solução sugerida pelo meu companheiro/a para um desentendimento

78.O meu companheiro/a concordou em tentar uma solução que eu sugeri

79.Se bateu no seu companheiro/a, ou se o seu companheiro/a lhe bateu, pense na última vez em que isso aconteceu. Quem foi o primeiro a bater?

1= eu bati primeiro

2= o meu companheiro/a bateu primeiro

3= isso nunca aconteceu

Anexo IV – Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.)**SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL (S.A.N.I.)****SANI, A. (2003)**

INSTRUÇÕES: Primeiro, pedia-te que preenchesses o quadro com os teus dados pessoais, do qual não consta o nome, o que significa que estás a preencher um documento anónimo.

A seguir está uma lista de acontecimentos que algumas crianças dizem ter visto em casa. Lê cada frase com atenção e faz um círculo no número que na tua opinião melhor descreve o que aconteceu em tua casa neste último ano. Depois, na coluna com quadradinhos, diz a quem fizeram aquilo que acabaste de ler, pondo uma (X) cruz no quadrado correspondente. Tenta responder a todas as questões, escolhendo só uma das hipóteses que te apresentamos.

0 = Nunca (nenhuma vez)

1 = Poucas vezes (1 ou 2 vezes nesse ano)

2 = Às vezes (+ de 2 ou 3 vezes nesse ano)

3 = Muitas vezes (cerca de 1 vez por mês)

4 = Quase sempre (+ de 1 vez por mês)

EM MINHA CASA, NESTE ÚLTIMO ANO, EU JÁ VI ou OUVI . .**A quem fizeram?****A um adulto A uma criança**

1. Insultar ou chamar nomes feios a uma pessoa.	0 1 2 3 4	☐	☐
2. Atirar com coisas contra uma pessoa de propósito.	0 1 2 3 4	☐	☐
3. Ameaçar que vai magoar seriamente alguém.	0 1 2 3 4	☐	☐
4. Pôr uma pessoa fora de casa.	0 1 2 3 4	☐	☐
5. Não deixar conversar com certas pessoas (ex: amigos, familiares).	0 1 2 3 4	☐	☐
6. Gritar muito e muito alto com alguém.	0 1 2 3 4	☐	☐
7. Não deixar fazer tarefas que têm de ser feitas (ex: trabalhos de casa, arrumações, compras).	0 1 2 3 4	☐	☐

8. Obrigar uma pessoa a trabalhar muito.	0 1 2 3 4	☐	☐
9. Dizer coisas que envergonhem muito uma pessoa.	0 1 2 3 4	☐	☐
10. Obrigar uma pessoa a fazer tudo o que se quer como se fosse um(a) criado(a).	0 1 2 3 4	☐	☐
11. Bater ou tentar bater com coisas em alguém.	0 1 2 3 4	☐	☐
12. Não dar dinheiro para as despesas da casa.	0 1 2 3 4	☐	☐
13. Obrigar a guardar segredo de coisas feias ou más.	0 1 2 3 4	☐	☐
14. Estar sempre a controlar tudo (ex: o que se compra, o que se come ou bebe).	0 1 2 3 4	☐	☐
15. Dar pontapés ou murros numa pessoa.	0 1 2 3 4	☐	☐
16. Gozar ou rir de alguém para a fazer sentir-se mal.	0 1 2 3 4	☐	☐
17. Prender alguém para não se poder mexer do sítio.	0 1 2 3 4	☐	☐
18. Não deixar sair uma pessoa de casa para alguns sítios.	0 1 2 3 4	☐	☐
19. Prender alguém numa parte da casa (ex: quarto).	0 1 2 3 4	☐	☐
20. Deixar de falar com uma pessoa durante algum tempo.	0 1 2 3 4	☐	☐
21. Dizer que destrói ou destruir mesmo qualquer coisa de valor (ex: roupas, objectos, etc.).	0 1 2 3 4	☐	☐
22. Ameaçar com separações de pessoas da família	0 1 2 3 4	☐	☐
23. Perseguir ou seguir uma pessoa para onde quer que esta pessoa vá.	0 1 2 3 4	☐	☐
24. Fazer acusações que não são verdadeiras só para magoar uma pessoa.	0 1 2 3 4	☐	☐
25. Meter medo a uma pessoa com armas ou outros objectos perigosos.	0 1 2 3 4	☐	☐
26. Obrigar uma pessoa a fazer coisas feias ou que a envergonham.	0 1 2 3 4	☐	☐
27. Ter ciúmes ou desconfiar muito de alguém.	0 1 2 3 4	☐	☐
28. Puxar ou empurrar alguém com força até essa pessoa cair.	0 1 2 3 4	☐	☐

- | | | | |
|--|-----------|--------------------------|--------------------------|
| 29. Levar à força uma pessoa para certos sítios. | 0 1 2 3 4 | ☐ | ☐ |
| 30. Dizer coisas que assustem muito a pessoa. | 0 1 2 3 4 | ☐ | ☐ |